

COMPILAÇÃO DE LEGISLAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Atualizada em 23 de outubro de 2023

ASSOCIATIVISMO

[Associativismo jovem](#)
[Dirigente Associativo Voluntário](#)
[Estatuto de Utilidade Pública](#)
[Movimento Associativo Popular](#)

CIÊNCIA

[Acordos internacionais](#)
[Bolsa de Investigação](#)
[Carreira de Investigação Científica](#)
[Centro de Controlo Oceânico](#)
[Dia Nacional dos Cientistas](#)
[Emprego Científico](#)
[Incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial](#)
[Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico](#)
[Recolha, Registo e Análise de Dados sobre a Ciência e Tecnologia](#)

DIREITO DE AUTOR E DIREITOS CONEXOS

[Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital](#)
[Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos](#)
[Cópia privada](#)
[Entidades de Gestão Coletiva do Direito de Autor e dos Direitos Conexos](#)
[Isenção de IVA para efeitos de Direito de Autor](#)
[Lei do Cibercrime](#)
[Mercado Único Digital](#)
[Transmissões em linha dos organismos de radiodifusão e retransmissão de programas de televisão e de rádio](#)
[Tratado da Organização Mundial de Propriedade Intelectual sobre Direito de Autor](#)
[Utilização de Dispositivos Digitais de Uso Pessoal e Fotografia Digital nas Bibliotecas e Arquivos Públicos](#)

EDUCAÇÃO**1 – Educação Geral**

[Bases do Sistema Educativo](#)
[Educação inclusiva](#)
[Escolaridade obrigatória](#)
[Lei Tutelar Educativa](#)
[Liberdade do Ensino](#)

2 – Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário

[Alunos](#)
[Escolas](#)
[Professores](#)

3 - Ensino Superior

[Alunos](#)
[Escolas](#)
[Professores](#)

Nota:

A presente compilação reúne todas as leis, em vigor, aprovadas pela Assembleia da República na área da educação e ciência. Quando uma lei altera um decreto-lei, e para facilitar a consulta e a leitura, optou-se por colocar este último como entrada principal.

Associativismo

Associativismo jovem

- [Lei n.º 124/99, de 20 de agosto](#) - Diário da República n.º 194, 1.ª série-A, de 20.08.1999
Garante aos jovens menores o livre exercício do direito de associação e simplifica o processo de constituição das associações juvenis
[Trabalhos preparatórios](#)

Outras informações:

- [Diretiva n.º 2/2022, de 23 de setembro](#) - Diário da República n.º 205, 1.ª série, de 24.10.2022
Direito dos menores de idade ao livre exercício do direito de associação
 - [Parecer n.º 3/2022, de 4 de julho](#) do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República
Direito dos menores de idade de aderir a associações ou constituir novas associações e ser titulares dos respetivos órgãos
- [Lei n.º 23/2006, de 23 de junho](#) - Diário da República n.º 120, 1.ª série-A, de 23.06.2006
Estabelece o regime jurídico do associativismo jovem
[Trabalhos preparatórios](#)
[Texto consolidado](#)

Alterada pela:

- [Lei n.º 57/2019, de 7 de agosto](#) - Diário da República n.º 150, 1.ª série, de 07.08.2019
Altera o regime jurídico do associativismo jovem, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 23/2006, de 23 de junho
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Lei n.º 36/2021, de 14 de junho](#) - Diário da República n.º 113, 1.ª série, de 14.06.2021
Aprova a lei-quadro do estatuto de utilidade pública
[Trabalhos preparatórios](#)

Dirigente Associativo Voluntário

- [Lei n.º 20/2004, de 5 de junho](#) - Diário da República n.º 132, 1.ª série-A, de 05.06.2004
Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário
[Trabalhos preparatórios](#)

Estatuto de Utilidade Pública

- [Lei n.º 36/2021, de 14 de junho](#) - Diário da República n.º 113, 1.ª série, de 14.06.2021
Aprova a lei-quadro do estatuto de utilidade pública
[Trabalhos preparatórios](#)
[Texto consolidado](#)

Retificada pela:

- [Declaração de Retificação n.º 22/2021, de 9 de julho](#) - Diário da República n.º 132, 1.ª série, de 09.07.2021
Retifica a Lei n.º 36/2021, de 14 de junho - Aprova a lei-quadro do estatuto de utilidade pública

Movimento Associativo Popular

- [Lei n.º 34/2003, de 22 de agosto](#) - Diário da República n.º 193, 1.ª série-A, de 22.08.2003
Reconhecimento e valorização do Movimento Associativo Popular
[Trabalhos preparatórios](#)

Outras informações:

- [Resolução da Assembleia da República n.º 33/2010, de 15 de abril](#) – Diário da República n.º 73, 1.ª série, de 15.04.2010
Recomenda ao Governo a adoção de medidas de incentivo ao Movimento Associativo Popular
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Resolução da Assembleia da República n.º 34/2010, de 22 de abril](#) – Diário da República n.º 78, 1.ª série, de 22.04.2010
Recomenda ao Governo a regulamentação da aplicação do estatuto de parceiro social ao Movimento Associativo Popular, tal como prevê a Lei n.º 34/2003, de 22 de agosto
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Resolução da Assembleia da República n.º 130/2019, de 2 de agosto](#) – Diário da República n.º 147, 1.ª série, de 02.08.2019
Recomenda ao Governo a adoção de medidas de valorização do movimento associativo popular
[Trabalhos preparatórios](#)

Ciência

Acordos internacionais

- [Lei n.º 6/81, de 12 de maio](#) - Diário da República n.º 108, 1.ª série, de 12.05.1981
Aprova, para adesão, o Acordo sobre o Programa Internacional de Energia
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Lei n.º 5/82, de 27 de abril](#) - Diário da República n.º 97, 1.ª série, de 27.04.1982
Aprova o Acordo entre Portugal e a Noruega com vista à Cooperação na Construção de um Laboratório Nacional de Engenharia e Investigação Industrial
[Trabalhos preparatórios](#)

Bolseiro de Investigação

- [Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto](#) - Diário da República n.º 194, 1.ª série, de 18.08.2004
Estatuto do Bolseiro de Investigação
[Trabalhos preparatórios](#)
[Texto consolidado](#)

Alterada por:

- [Decreto-Lei n.º 202/2012, de 27 de agosto](#) - Diário da República n.º 165, 1.ª série, de 27.08.2012
Procede à primeira alteração ao Estatuto do Bolseiro de Investigação, aprovado em anexo à Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto
- [Lei n.º 12/2013, de 29 de janeiro](#) - Diário da República n.º 20, 1.ª série, de 29.01.2013
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 202/2012, de 27 de agosto, que procede à primeira alteração ao Estatuto do Bolseiro de Investigação, aprovado em anexo à Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Decreto-Lei n.º 89/2013, de 9 de julho](#) - Diário da República n.º 130, 1.ª série, de 09.07.2012
Procede à terceira alteração ao Estatuto do Bolseiro de Investigação, aprovado em anexo à [Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto](#)
- [Decreto-Lei n.º 123/2019, de 28 de agosto](#) - Diário da República n.º 164, 1.ª série, de 28.08.2019
Altera o Estatuto do Bolseiro de Investigação

Outras informações:

- [Decreto-Lei n.º 233/2012, de 29 de outubro](#) - Diário da República n.º 209, 1.ª série, de 29.10.2012
Procede ao diferimento da produção de efeitos do novo regime de dedicação exclusiva, introduzido pelo Decreto-Lei n.º 202/2012, de 27 de agosto

- [Lei n.º 24/2018, de 8 de junho](#) - Diário da República n.º 110, 1.ª série, de 08.06.2018
Renovação e prorrogação das bolsas de pós-doutoramento até à conclusão do procedimento concursal previsto no artigo 23.º do [Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto](#), na redação dada pela [Lei n.º 57/2017, de 19 de julho](#)
[Trabalhos preparatórios](#)

Carreira de Investigação Científica

- [Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de abril](#) - Diário da República n.º 92, 1.ª série-A, de 20.04.1999
Aprova o Estatuto da Carreira de Investigação Científica
[Texto consolidado](#)

Alterado por:

- [Lei n.º 157/99, de 14 de setembro](#) - Diário da República n.º 215, 1.ª série-A, de 14.09.1999
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de abril (aprova o Estatuto da Carreira de Investigação Científica)
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Decreto-Lei n.º 373/99, de 18 de setembro](#) - Diário da República n.º 219, 1.ª série-A, de 18.09.1999
Altera a remuneração base mensal do pessoal das carreiras docentes do ensino superior e da carreira de investigação científica

Centro de Controlo Oceânico

- [Lei n.º 2/96, de 2 de fevereiro](#) - Diário da República n.º 28, 1.ª série-A, de 02.02.1996
Manutenção na ilha de Santa Maria do Centro de Controlo Oceânico
[Trabalhos preparatórios](#)

Dia Nacional dos Cientistas

- [Resolução da Assembleia da República n.º 228/2016, de 15 de novembro](#) - Diário da República n.º 219, 1.ª série, de 15.11.2016
Consagra o dia 16 de maio como o Dia Nacional dos Cientistas
[Trabalhos preparatórios](#)

Emprego científico

- [Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto](#) - Diário da República n.º 165, 1.ª série, de 29.08.2016
Aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento
[Texto consolidado](#)

Alterado por:

- [Lei n.º 57/2017, de 19 de julho](#) - Diário da República n.º 138, 1.ª série, de 19.07.2017
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, que aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento
[Trabalhos preparatórios](#)

Incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial

- [Lei n.º 40/2005, de 3 de agosto](#) - Diário da República n.º 148, 1.ª série-A, de 03.03.2005
Cria o SIFIDE, sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial
[Trabalhos preparatórios](#)

Alterada por:

- [Lei n.º 10/2009, de 3 de outubro](#) - Diário da República n.º 48, 1.ª série, de 03.10.2009
Cria o programa orçamental designado por Iniciativa para o Investimento e o Emprego e, no seu âmbito, cria o regime fiscal de apoio ao investimento realizado em 2009 (RFAI 2009) e procede à primeira alteração à Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2009)
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril](#) - Diário da República n.º 82 - Suplemento, 1.ª série, de 28.04.2010
Orçamento do Estado para 2010 – artigo 114.º
[Trabalhos preparatórios](#)

Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico

- [Lei n.º 91/88, de 13 de agosto](#) - Diário da República n.º 187, 1.ª série, de 13.08.1988
Lei sobre a Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico
[Trabalhos preparatórios](#)

Recolha, Registo e Análise de Dados sobre a Ciência e Tecnologia

- [Lei n.º 66/2019, de 26 de agosto](#) - Diário da República n.º 162, 1.ª série, de 26.08.2019
Autoriza o Governo a criar um sistema de recolha, registo e análise de dados sobre a ciência e tecnologia
[Trabalhos preparatórios](#)

Aplicada por:

- [Decreto-Lei n.º 156/2019, de 22 de outubro](#) - Diário da República n.º 203, 1.ª série, de 22.10.2019
Regula a criação e manutenção de um sistema de recolha, registo e análise de dados sobre ciência e tecnologia.

Direito de Autor e Direitos Conexos

Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital

- [Lei n.º 27/2021, de 17 de maio](#) - Diário da República n.º 95, 1.ª série, de 17.05.2021
Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital
[Trabalhos preparatórios](#)
[Texto consolidado](#)
 - **Retificada por:**
 - [Declaração de Retificação n.º 18/2021, de 9 de junho](#) - Diário da República n.º 111, 1.ª série, de 09.06.2021
Retifica a Lei n.º 27/2021, de 17 de maio, «Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital»
 - **Alterada por:**
 - [Lei n.º 15/2022, de 11 de agosto](#) - Diário da República n.º 155, 1.ª série, de 11.08.2022
Simplifica o regime de proteção contra a desinformação e assegura a sua articulação com o Plano Europeu de Ação contra a Desinformação, alterando a [Lei n.º 27/2021, de 17 de maio](#), que aprova a Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital
[Trabalhos preparatórios](#)

Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos

- [Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março](#) - Diário da República n.º 61, 1.ª série, de 14.03.1985
Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos
[Texto consolidado](#)

Cópia Privada

- [Lei n.º 62/98, de 1 de setembro](#) – Diário da República n.º 201, 1.ª série-A, de 01.09.1998
Regula o disposto no artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos
[Trabalhos preparatórios](#)
[Texto consolidado](#)
 - **Alterada por:**
 - [Lei n.º 50/2004, de 24 de agosto](#) - Diário da República n.º 199, 1.ª série-A, de 24.08.2004
Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2001/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio, relativa à harmonização de certos aspetos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade de informação (quinta alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos e primeira alteração à Lei n.º 62/98, de 1 de setembro)
[Trabalhos preparatórios](#)

- [Lei n.º 49/2015, de 5 de junho](#) - Diário da República n.º 109, 1.ª série, de 05.06.2015
[Segunda](#) alteração à [Lei n.º 62/98, de 1 de setembro](#), que regula o disposto no artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, sobre a compensação equitativa relativa à cópia privada
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Decreto-Lei n.º 100/2017, de 23 de agosto](#) - Diário da República n.º 162, 1.ª série, de 23.08.2017
Procede à primeira alteração à Lei n.º 26/2015, de 14 de abril, transpondo a Diretiva n.º 2014/26/UE, relativa à gestão coletiva dos direitos de autor e direitos conexos e à concessão de licenças multiterritoriais de direitos sobre obras musicais para utilização em linha no mercado interno, e que altera o Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos e a tabela de compensação equitativa anexa à Lei n.º 62/98, de 1 de setembro
- [Lei n.º 2/2020, de 31 de março](#) - Diário da República n.º 64, 1.ª série, de 31.03.2020
Orçamento do Estado para 2020 – artigo [403.º](#)
[Trabalhos preparatórios](#)

Outras informações:

- [Acórdão n.º 616/2003](#) - Diário da República n.º 62, 1.ª série-A, de 13.03.2004
Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas do artigo 3.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 62/98, de 1 de setembro (diploma que regula o disposto no artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos), limitando os efeitos da inconstitucionalidade

Entidades de Gestão Coletiva do Direito de Autor e dos Direitos Conexos

- [Lei n.º 26/2015, de 14 de abril](#) - Diário da República n.º 72, 1.ª série, de 14.04.2015
Regula as entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos, inclusive quanto ao estabelecimento em território nacional e a livre prestação de serviços das entidades previamente estabelecidas noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu e revoga a Lei n.º 83/2001, de 3 de agosto
[Trabalhos preparatórios](#)
[Texto consolidado](#)

Alterada por:

- [Decreto-Lei n.º 100/2017, de 23 de agosto](#) - Diário da República n.º 162, 1.ª série, de 23.08.2017
Procede à primeira alteração à Lei n.º 26/2015, de 14 de abril, transpondo a Diretiva n.º 2014/26/UE, relativa à gestão coletiva dos direitos de autor e direitos conexos e à concessão de licenças multiterritoriais de direitos sobre obras musicais para utilização em linha no mercado interno, e que altera o Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos e a tabela de compensação equitativa anexa à Lei n.º 62/98, de 1 de setembro
- [Decreto-Lei n.º 89/2019, de 4 de julho](#) - Diário da República n.º 126, 1.ª série, de 04.07.2019
Altera as entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos
- [Lei n.º 36/2021, de 14 de junho](#) - Diário da República n.º 113, 1.ª série, de 14.06.2021
Aprova a lei-quadro do estatuto de utilidade pública

-
- [Trabalhos preparatórios](#)
○ [Decreto-Lei n.º 47/2023, de 19 de junho](#) - Diário da República n.º 117, 1.ª série, de 19.06.2023
Transpõe a Diretiva (UE) 2019/790, relativa aos direitos de autor e direitos conexos no mercado único digital

Isenção de IVA para efeitos de Direito de Autor

- [Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro](#) - Diário da República n.º 287 – 1.º Suplemento, 1.ª série, de 26.12.1984
Aprova o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – n.ºs 16 e 17 do [artigo 9.º Texto consolidado](#)

Alterado por:

- [Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro](#) - Diário da República n.º 250 – 1.º Suplemento, 1.ª série, de 30.12.2011
Orçamento do Estado para 2012 – artigo 119.º
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro](#) - Diário da República n.º 252 - 1.º Suplemento, 1.ª série, de 31.12.2012
Orçamento do Estado para 2013 – artigo 195.º
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro](#) - Diário da República n.º 253 - 1.º Suplemento, 1.ª série, de 31.12.2013
Orçamento do Estado para 2014 – artigo 181.º
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março](#) - Diário da República n.º 62 - 1.º Suplemento, 1.ª série, de 30.03.2016
Orçamento do Estado para 2016 – artigo 142.º
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro](#) - Diário da República n.º 248 – 1.º Suplemento, 1.ª série, de 28.12.2016
Orçamento do Estado para 2016 – artigo 200.º
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Lei n.º 2/2020, de 31 de março](#) - Diário da República n.º 64, 1.ª série, de 31.03.2020
Orçamento do Estado para 2020 – artigo [337.º](#)
[Trabalhos preparatórios](#)

Lei do Cibercrime

- [Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro](#) - Diário da República n.º 179, 1.ª série, de 15.09.2009
Aprova a Lei do Cibercrime, transpondo para a ordem jurídica interna a [Decisão Quadro n.º 2005/222/JAI, do Conselho, de 24 de fevereiro](#), relativa a ataques contra sistemas de informação, e adapta o direito interno à Convenção sobre Cibercrime do Conselho da Europa
[Trabalhos preparatórios](#)
[Texto consolidado](#)

Alterada por:

- [Lei n.º 79/2021, de 24 de novembro](#) - Diário da República n.º 228, 1.ª série, de 24.11.2022
Transpõe a Diretiva (UE) 2019/713 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2019, relativa ao combate à fraude e à contrafação de meios de pagamento que não em numerário, alterando o Código Penal, o Código de Processo Penal, a [Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro](#), que aprova a Lei do Cibercrime, e outros atos legislativos
[Trabalhos preparatórios](#)

Outras informações:

- [Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 687/2021](#) - Diário da República n.º 185, 1.ª série, de 22.09.2021
Decide, com referência ao Decreto n.º 167/XIV, da Assembleia da República, publicado no Diário da Assembleia da República, série II-A, n.º 177, de 29 de julho de 2021, e enviado ao Presidente da República para promulgação como lei, pronunciar-se pela inconstitucionalidade das normas constantes do seu artigo 5.º, na parte em que altera o artigo 17.º da Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro

Mercado Único Digital

- [Lei n.º 11/2023, de 22 de março](#) - Diário da República n.º 58, 1.ª série, de 22.03.2023
Autoriza o Governo a legislar em matéria de direito de autor e direitos conexos no mercado único digital, transpondo a Diretiva (UE) 2019/790 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2019
[Trabalhos preparatórios](#)

Aplicada por:

- [Decreto-Lei n.º 47/2023, de 19 de junho](#) - Diário da República n.º 117, 1.ª série, de 19.06.2023
Transpõe a Diretiva (UE) 2019/790, relativa aos direitos de autor e direitos conexos no mercado único digital

Transmissões em linha dos organismos de radiodifusão e retransmissão de programas de televisão e de rádio

- [Lei n.º 7/2023, de 27 de fevereiro](#) - Diário da República n.º 41, 1.ª série, de 27.02.2023
Autoriza o Governo a legislar em matéria de direito de autor e direitos conexos aplicáveis a determinadas transmissões em linha, transpondo a Diretiva (UE) 2019/789, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2019
[Trabalhos preparatórios](#)

Aplicada por:

- [Decreto-Lei n.º 46/2023, de 19 de junho](#) - Diário da República n.º 117, 1.ª série, de 19.06.2023
Transpõe a Diretiva (UE) 2019/789, que estabelece normas sobre o exercício do direito de autor e direitos conexos aplicáveis a determinadas transmissões em linha dos organismos de radiodifusão e à retransmissão de programas de televisão e de rádio

Tratado da Organização Mundial de Propriedade Intelectual sobre Direito de Autor

- [Resolução da Assembleia da República n.º 53/2009, de 30 de julho](#) - Diário da República n.º 146, 1.ª série, de 30.07.2009
Aprova o Tratado da Organização Mundial de Propriedade Intelectual sobre Direito de Autor, adotado em Genebra em 20 de dezembro de 1996
[Trabalhos preparatórios](#)

Utilização de Dispositivos Digitais de Uso Pessoal e Fotografia Digital nas Bibliotecas e Arquivos Públicos

- [Lei n.º 31/2019, de 3 de maio](#) - Diário da República n.º 85, 1.ª série, de 03.05.2019
Regula a utilização de dispositivos digitais de uso pessoal e permite a fotografia digital nas bibliotecas e arquivos públicos
[Trabalhos preparatórios](#)

Educação Geral

Bases do Sistema Educativo

- **[Lei n.º 46/86, de 14 de outubro](#)** - Diário da República n.º 237, 1.ª série, de 14.10.1986
Lei de Bases do Sistema Educativo
[Trabalhos preparatórios](#)
[Texto consolidado](#)
 - **Alterada por:**
 - [Lei n.º 115/97, de 19 de setembro](#) - Diário da República n.º 217, 1.ª série-A, de 19.09.1997
Alteração à Lei n.º 46/86, de 14 de outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo)
[Trabalhos preparatórios](#)
 - [Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto](#) - Diário da República n.º 166, 1.ª série-A, de 30.08.2005
Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior
[Trabalhos preparatórios](#)
 - [Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto](#) - Diário da República n.º 166, 1.ª série, de 27.08.2009
Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade
[Trabalhos preparatórios](#)
 - [Lei n.º 16/2023, de 10 de abril](#) - Diário da República n.º 70, 1.ª série, de 10.04.2023
Valoriza o ensino politécnico, alterando a Lei de Bases do Sistema Educativo e o regime jurídico das instituições de ensino superior
[Trabalhos preparatórios](#)

Educação inclusiva

- **[Lei n.º 71/2009, de 6 de agosto](#)** - Diário da República n.º 151, 1.ª série, de 06.08.2009
Cria o regime especial de proteção de crianças e jovens com doença oncológica
[Trabalhos preparatórios](#)
- **[Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho](#)** - Diário da República n.º 129, 1.ª série, de 06.07.2018
Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva
[Texto consolidado](#)
 - **Alterado por:**
 - [Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro](#) - Diário da República n.º 176, 1.ª série, de 13.09.2019
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva
[Trabalhos preparatórios](#)

Retificada pela:

- [Declaração de Retificação n.º 47/2019, de 3 de outubro](#) - Diário da República n.º 190, 1.ª série, de 03.10.2019
Declaração de Retificação à Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro, «Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva»
- [Decreto-Lei n.º 62/2023, de 25 de julho](#) - Diário da República n.º 143, 1.ª série, de 25.07.2023
Altera as regras de adaptação do processo de avaliação no âmbito do regime jurídico da educação inclusiva e as regras relativas ao processo de avaliação externa de aprendizagens

Escolaridade obrigatória

- [Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto](#) - Diário da República n.º 166, 1.ª série, de 27.08.2009
Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade
[Trabalhos preparatórios](#)
[Texto consolidado](#)

Alterada por:

- [Lei n.º 65/2015, de 3 de julho](#) - Diário da República n.º 128, 1.ª série, de 03.07.2015
Primeira alteração à [Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto](#), estabelecendo a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade
[Trabalhos preparatórios](#)

Lei Tutelar Educativa

- [Lei n.º 166/99, de 14 de setembro](#) - Diário da República n.º 215, 1.ª série-A, de 14.11.1999
Lei Tutelar Educativa
[Trabalhos preparatórios](#)
[Texto consolidado](#)

Alterada por:

- [Lei n.º 4/2015, de 15 de janeiro](#) - Diário da República n.º 10, 1.ª série, de 15.01.2015
Procede à primeira alteração à Lei Tutelar Educativa, aprovada em anexo à [Lei n.º 166/99, de 14 de setembro](#)
[Trabalhos preparatórios](#)

Retificada pela:

- [Declaração de Retificação n.º 9/2015, de 3 de março](#) - Diário da República n.º 43, 1.ª série, de 03.03.2015
Declaração de Retificação à [Lei n.º 4/2015, de 15 de janeiro](#), que procede à primeira alteração à Lei Tutelar Educativa, aprovada em anexo à [Lei n.º 166/99, de 14 de setembro](#)

Liberdade do Ensino

- [Lei n.º 65/79, de 4 de outubro](#)¹- Diário da República n.º 230, 1.ª série, de 04.10.1979
Liberdade do ensino
[Trabalhos preparatórios](#)

¹ O Conselho para a Liberdade do Ensino, previsto nos artigos 3.º e seguintes, foi extinto com a entrada em funcionamento do Conselho Nacional de Educação, conforme previsto na [Lei n.º 31/87, de 9 de julho](#), que alterou, por ratificação, o [Decreto-Lei n.º 125/82, de 22 de abril](#). A [Lei n.º 31/87, de 9 de julho](#), e o [Decreto-Lei n.º 125/82, de 22 de abril](#), foram, por sua vez, revogados pelo [Decreto-Lei n.º 21/2015, de 3 de fevereiro](#).

Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário

Alunos

Analfabetismo

- [Lei n.º 3/79, de 10 de janeiro](#) - Diário da República n.º 8, 1.ª série, de 10.01.1979
Eliminação do analfabetismo
[Trabalhos preparatórios](#)

Alterada por:

- [Lei n.º 2/81, de 18 de fevereiro](#) - Diário da República n.º 41, 1.ª série, de 18.02.1981
Alteração à Lei n.º 3/79, de 10 de janeiro (eliminação do analfabetismo)
[Trabalhos preparatórios](#)

Apoio social às mães e pais estudantes

- [Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto](#) - Diário da República n.º 192, 1.ª série-A, de 20.08.2001
Define medidas de apoio social às mães e pais estudantes
[Trabalhos preparatórios](#)
[Texto consolidado](#)

Alterada por:

- [Lei n.º 60/2017, de 1 de agosto](#) - Diário da República n.º 147, 1.ª série, de 01.08.2017
Primeira alteração à Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto, que define medidas de apoio social às mães e pais estudantes
[Trabalhos preparatórios](#)

Associações de pais e encarregados de educação

- [Decreto-Lei n.º 372/90, de 27 de novembro](#) - Diário da República n.º 274, 1.ª série, de 27.11.1990
Disciplina o regime de constituição, os direitos e os deveres a que ficam subordinadas as associações de pais e encarregados de educação

Alterado por:

- [Decreto-Lei n.º 80/99, de 16 de março](#) - Diário da República n.º 63, 1.ª série-A, de 16.03.1999
Altera o Decreto-Lei n.º 372/90, de 27 de novembro, que disciplina o regime de constituição, os direitos e os deveres a que ficam subordinadas as associações de pais e encarregados de educação
- [Lei n.º 29/2006, de 4 de julho](#) - Diário da República n.º 127, 1.ª série, de 04.07.2006

Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 372/90, de 27 de novembro, que disciplina o regime de constituição, os direitos e os deveres a que ficam subordinadas as associações de pais e encarregados de educação

[Trabalhos preparatórios](#)

- [Lei n.º 40/2007, de 24 de agosto](#) - Diário da República n.º 163, 1.ª série, de 24.08.2007

Aprova um regime especial de constituição imediata de associações e atualiza o regime geral de constituição previsto no Código Civil

[Trabalhos preparatórios](#)

Dia do Estudante

- [Lei n.º 19/87, de 1 de junho](#) - Diário da República n.º 125, 1.ª série, de 01.06.1987
Fixa o Dia do Estudante
[Trabalhos preparatórios](#)

Educação para a Saúde

- [Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto](#) - Diário da República n.º 151, 1.ª série, de 06.08.2009
Estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar
[Trabalhos preparatórios](#)

Educação pré-escolar

- [Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro](#) - Diário da República n.º 34, 1.ª série-A, de 10.02.1997
Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto](#) - Diário da República n.º 166, 1.ª série, de 27.08.2009
Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade
[Trabalhos preparatórios](#)
[Texto consolidado](#)

Alterada por:

- [Lei n.º 65/2015, de 3 de julho](#) - Diário da República n.º 128, 1.ª série, de 03.07.2015
Primeira alteração à [Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto](#), estabelecendo a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade
[Trabalhos preparatórios](#)

Ensino individual e ensino doméstico

- [Lei n.º 22/2021, de 3 de maio](#) - Diário da República n.º 85, 1.ª série, de 03.05.2021
Autoriza o Governo a legislar sobre o regime jurídico do ensino individual e do ensino doméstico

Trabalhos preparatórios

Aplicada por:

- [Decreto-Lei n.º 70/2021, de 3 de agosto](#) - Diário da República n.º 149, 1.ª série, de 03.08.2021
Aprova o regime jurídico do ensino individual e do ensino doméstico

Estatuto do Aluno e Ética Escolar

- [Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro](#) - Diário da República n.º 172, 1.ª série, de 05.09.2012
Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação, revogando a [Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro](#)
[Trabalhos preparatórios](#)

Retificada pela:

- [Declaração de Retificação n.º 46/2012, de 12 de setembro](#) - Diário da República n.º 180, 1.ª série, de 17.09.2012
Declaração de retificação à Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, que aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação, revogando a Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 172, de 5 de setembro de 2012

Manuais escolares

- [Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto](#) - Diário da República n.º 165, 1.ª série, de 28.08.2006
Define o regime de avaliação, certificação e adoção dos manuais escolares do ensino básico e do ensino secundário, bem como os princípios e objetivos a que deve obedecer o apoio socioeducativo relativamente à aquisição e ao empréstimo de manuais escolares
[Trabalhos preparatórios](#)
[Texto consolidado](#)

Alterada por:

- [Lei n.º 72/2017, de 16 de agosto](#) - Diário da República n.º 157, 1.ª série, de 16.08.2017
Desmaterialização de manuais e de outros materiais escolares (primeira alteração à Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto)
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Lei n.º 96/2019, de 4 de setembro](#) - Diário da República n.º 169, 1.ª série, de 04.09.2019
Estabelece a gratuidade dos manuais escolares na escolaridade obrigatória na rede pública do Ministério da Educação, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto, que define o regime de avaliação, certificação e adoção aplicável aos manuais escolares e outros recursos didático-pedagógicos do ensino básico e do ensino secundário, bem como os princípios e objetivos a que deve obedecer o apoio socioeducativo relativamente à aquisição e ao empréstimo de manuais escolares
[Trabalhos preparatórios](#)

Retificada pela:

- [Declaração de Retificação n.º 51/2019, de 7 de outubro](#) - Diário da República n.º 192, 1.ª série, de 07.10.2019
Declaração de retificação à Lei n.º 96/2019, de 4 de setembro, «Estabelece a gratuidade dos manuais escolares na escolaridade obrigatória na rede pública do Ministério da Educação, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto, que define o regime de avaliação, certificação e adoção aplicável aos manuais escolares e outros recursos didático-pedagógicos do ensino básico e do ensino secundário, bem como os princípios e objetivos a que deve obedecer o apoio socioeducativo relativamente à aquisição e ao empréstimo de manuais escolares»
- [Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro](#) - Diário da República n.º 20, 1.ª série, de 29.01.2021
Aprova o Regime Jurídico das Contraordenações Económicas

Escolas

Avaliação da educação e do ensino não superior

- [Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro](#) - Diário da República n.º 294, 1.ª série-A, de 20.12.2002
Aprova o sistema de avaliação da educação e do ensino não superior, desenvolvendo o regime previsto na [Lei n.º 46/86, de 14 de outubro](#) (Lei de Bases do Sistema Educativo)
[Trabalhos preparatórios](#)

Alterada por:

- [Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro](#) – Diário da República n.º 252 – 2.º Suplemento, 1.ª série, de 31.12.2012
Orçamento do Estado para 2013 – artigo 182.º
[Trabalhos preparatórios](#)

Ementas das cantinas e refeitórios

- [Lei n.º 11/2017, de 17 de abril](#) - Diário da República n.º 75, 1.ª série, de 17.04.2017
Estabelece a obrigatoriedade de existência de opção vegetariana nas ementas das cantinas e refeitórios públicos
[Trabalhos preparatórios](#)

Ensino-aprendizagem da língua portuguesa

- [Lei n.º 19-A/87, de 3 de junho](#) - Diário da República n.º 127 – 1.º Suplemento, 1.ª série, de 03.06.1987
Adota medidas de emergência sobre o ensino-aprendizagem da língua portuguesa
[Trabalhos preparatórios](#)

Ensino particular e cooperativo

- [Lei n.º 9/79, de 19 de março](#) - Diário da República n.º 65, 1.ª série, de 19.03.1979
Relativa às bases do ensino particular e cooperativo

[Trabalhos preparatórios](#)

[Texto consolidado](#)

Alterada por:

- [Lei n.º 33/2012, de 23 de agosto](#) - Diário da República n.º 163, 1.ª série, de 23.08.2012
Sexta alteração do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de novembro. Revoga a alínea *a*) do n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 9/79, de 19 de março

[Trabalhos preparatórios](#)

- [Lei n.º 36/2021, de 14 de junho](#) - Diário da República n.º 113, 1.ª série, de 14.06.2021

Aprova a lei-quadro do estatuto de utilidade pública

[Trabalhos preparatórios](#)

- [Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro](#) – Diário da República n.º 213, 1.ª série, de 04.11.2013

Aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior

[Texto consolidado](#)

Alterado por:

- [Lei n.º 36/2021, de 14 de junho](#) - Diário da República n.º 113, 1.ª série, de 14.06.2021

Aprova a lei-quadro do estatuto de utilidade pública

[Trabalhos preparatórios](#)

Outras informações:

- [Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de novembro](#) - Diário da República n.º 270, 1.ª série, de 21.11.1980

Aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo²

- [Lei n.º 33/2012, de 23 de agosto](#) - Diário da República n.º 163, 1.ª série, de 23.08.2012

Sexta alteração do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de novembro. Revoga a alínea *a*) do n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 9/79, de 19 de março

[Trabalhos preparatórios](#)

² O Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de novembro, foi revogado pelo artigo 7.º do [Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro](#). No entanto, e de acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo diploma, até à aprovação de um novo regime sancionatório, mantêm-se em vigor as disposições dos artigos 99.º a 99.º-M do [Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de novembro](#), na redação dada pela [Lei n.º 33/2012, de 23 de agosto](#), considerando-se feitas para as normas do Estatuto aprovado em anexo ao presente decreto-lei que tratem da mesma matéria as remissões para diplomas revogados. Este diploma encontra-se, assim, em vigência condicional.

Requalificação pedagógica do 1.º ciclo do ensino básico

- [Lei n.º 92/2001, de 20 de agosto](#) - Diário da República n.º 192, 1.ª série-A, de 20.08.2001
Aprova o regime de requalificação pedagógica do 1.º ciclo do ensino básico
[Trabalhos preparatórios](#)

Transporte de crianças

- [Lei n.º 13/2006, de 17 de abril](#) - Diário da República n.º 75, 1.ª série-A, de 17.04.2006
Transporte coletivo de crianças
[Trabalhos preparatórios](#)
[Texto consolidado](#)

Alterada por:

- [Lei n.º 17-A/2006, de 26 de maio](#) - Diário da República n.º 102 – 2.º Suplemento, 1.ª série-A, de 26.05.2006
Primeira alteração à Lei n.º 13/2006, de 17 de abril (transporte coletivo de crianças)
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Decreto-Lei n.º 255/2007, de 13 de julho](#) - Diário da República n.º 132, 1.ª série, de 13.07.2007
Segunda alteração à Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, regime jurídico do transporte coletivo de crianças e transporte escolar
- [Lei n.º 5/2013, de 22 de janeiro](#) - - Diário da República n.º 15, 1.ª série, de 22.01.2013
Simplifica o acesso à atividade transitória e ao transporte em táxi, através da eliminação dos requisitos de idoneidade e de capacidade técnica ou profissional dos responsáveis das empresas, e ao transporte coletivo de crianças, através da eliminação dos requisitos de capacidade técnica ou profissional dos responsáveis das empresas, alterando o Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto, o Decreto-Lei n.º 255/99, de 7 de julho, e a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, conformando-os com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram para a ordem jurídica interna as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Decreto-Lei n.º 101/2021, de 19 de novembro](#) - Diário da República n.º 225, 1.ª série, de 19.11.2021
Permite, nos anos letivos de 2021/2022 e 2022/2023, a utilização de veículos com idade não superior a 18 anos para o transporte de crianças
- [Decreto-Lei n.º 74-A/2023, de 28 de agosto](#) - Diário da República n.º 166, 1.ª série, de 28.08.2023
Altera o regime jurídico do transporte coletivo de crianças e jovens até aos 16 anos

- [Lei n.º 36/2006, de 2 de agosto](#) - Diário da República n.º 148, 1.ª série, de 02.08.2006
Prevê a isenção do imposto automóvel para veículos adquiridos pelos municípios e freguesias que se destinem ao transporte de crianças em idade escolar do ensino básico
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho](#) - Diário da República n.º 124 - Suplemento, 1.ª série, de 29.06.2007
Procede à reforma global da tributação automóvel, aprovando o Código do Imposto sobre Veículos e o Código do Imposto Único de Circulação e abolindo, em simultâneo, o imposto automóvel, o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem - alínea *d*) do n.º 1 do artigo [51.º](#)³
[Texto consolidado](#)

Professores

Aposentação

- [Lei n.º 77/2009, de 13 de agosto](#) - Diário da República n.º 156, 1.ª série, de 13.08.2009
Institui um regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1.º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o curso de Magistério Primário e de Educação de Infância em 1975 e 1976
[Trabalhos preparatórios](#)

Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário

- [Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril](#) - Diário da República n.º 98 – 1.º Suplemento, 1.ª série, de 28.04.1990
Aprova o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário

Retificado pela:

- [Declaração de 30 de junho de 1990](#) – Diário da República n.º 149 – 1.º Suplemento, 1.ª série, de 30.06.1990
De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 139-A/90, do Ministério da Educação, que aprova o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 98 (suplemento), de 28 de abril de 1990

Alterado por:

- [Decreto-Lei n.º 105/97, de 29 de abril](#) - Diário da República n.º 99, 1.ª série-A, de 29.04.1997
Altera os artigos 56.º e 57.º do Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril (que aprova o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário)

³ A alínea *d*) do n.º 1 do artigo 51.º do anexo I da Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho, que aprova o Código do Imposto sobre Veículos nunca sofreu alterações.

- [Decreto-Lei n.º 1/98, de 2 de janeiro](#) - Diário da República n.º 1, 1.ª série-A, de 02.01.1998
Altera o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril
Retificado pela:
 - [Declaração de Retificação n.º 7-F/98, de 31 de março](#) – Diário da República n.º 76 – 3.º Suplemento, 1.ª série-A, de 31.03.1998
De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 1/98, do Ministério da Educação, que altera o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 1, de 2 de janeiro de 1998
- [Decreto-Lei n.º 35/2003, de 27 de fevereiro](#) - Diário da República n.º 49, 1.ª série-A, de 27.02.2003
Regula o concurso para seleção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário⁴
- [Decreto-Lei n.º 121/2005, de 26 de julho](#) - Diário da República n.º 142, 1.ª série-A, de 26.07.2005
Terceira alteração ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, e estabelece medidas destinadas a enquadrar alguns aspetos estatutários ligados ao exercício da função docente
- [Decreto-Lei n.º 229/2005, de 29 de dezembro](#) - Diário da República n.º 249, 1.ª série-A, de 29.12.2005
Revê os regimes que consagram, para determinados grupos de subscritores da Caixa Geral de Aposentações, desvios às regras previstas no Estatuto da Aposentação em matéria de tempo de serviço, idade de aposentação e fórmula de cálculo das pensões, por forma a compatibilizá-los com a convergência do regime de proteção social da função pública ao regime geral da segurança social no que respeita às condições de aposentação e cálculo das pensões
- [Decreto-Lei n.º 224/2006, de 13 de novembro](#) - Diário da República n.º 218, 1.ª série, de 13.11.2006
Estabelece o regime jurídico de concessão de dispensa da componente letiva ao pessoal docente em funções nos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e define ainda o processo de requalificação profissional do docente que for declarado incapaz para o exercício da sua atividade funcional
- [Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de janeiro](#) - Diário da República n.º 14, 1.ª série, de 19.01.2007
Sétima alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, e altera o regime jurídico da formação contínua de professores, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 249/92, de 9 de novembro
- [Decreto-Lei n.º 35/2007, de 15 de fevereiro](#) - Diário da República n.º 33, 1.ª série, de 15.02.2007

⁴ O [Decreto-Lei n.º 35/2003, de 27 de fevereiro](#), foi revogado pelo [Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de janeiro](#), diploma que foi, por sua vez, revogado pelo [Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho](#), (texto consolidado). Recentemente, também este último diploma foi revogado pelo [Decreto-Lei n.º 32-A/2023, de 8 de maio](#).

Estabelece o regime jurídico de vinculação do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário para o exercício transitório de funções docentes ou de formação em áreas técnicas específicas, no âmbito dos estabelecimentos públicos de educação e ensino não superior⁵

- [Decreto-Lei n.º 270/2009, de 30 de setembro](#) - Diário da República n.º 14, 1.ª série, de 19.01.2007
 Proceda à nona alteração ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de janeiro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 104/2008, de 24 de junho
- [Decreto-Lei n.º 75/2010, de 23 de junho](#) - Diário da República n.º 120, 1.ª série, de 23.06.2010
 Proceda à décima alteração ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril
- [Decreto-Lei n.º 41/2012, de 21 de fevereiro](#) - Diário da República n.º 120, 1.ª série, de 23.06.2010
 Proceda à 11.ª alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril
- [Decreto-Lei n.º 146/2013, de 22 de outubro](#) - Diário da República n.º 204, 1.ª série, de 22.10.2013
 Proceda à 12.ª alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho⁶
- [Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro](#) - Diário da República n.º 231, 1.ª série, de 28.11.2013
Estabelece o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas visando a melhor afetação dos recursos humanos da Administração Pública, e procede à nona alteração à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/70, de 2 de março, à décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, revogando a Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro⁷
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Lei n.º 12/2016, de 28 de abril](#) - Diário da República n.º 82, 1.ª série, de 28.04.2016
 Elimina a requalificação de docentes, procedendo à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, à décima quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, e à primeira alteração à Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Lei n.º 16/2016, de 17 de junho](#) - Diário da República n.º 115, 1.ª série, de 17.06.2016

⁵ O [Decreto-Lei n.º 35/2007, de 15 de fevereiro](#), foi revogado pelo [Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho](#), (texto consolidado) que foi, por sua vez, revogado pelo [Decreto-Lei n.º 32-A/2023, de 8 de maio](#).

⁶ O [Decreto-Lei n.º 146/2013, de 22 de outubro](#), foi revogado pela [Lei n.º 16/2016, de 17 de junho](#).

⁷ A [Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro](#), foi revogada pela [Lei n.º 25/2017, de 30 de maio](#).

Revoga a prova de avaliação de conhecimentos e capacidades, procedendo à décima quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, e à revogação do Decreto-Lei n.º 146/2013, de 22 de outubro, e do Decreto Regulamentar n.º 3/2008, de 21 de janeiro

[Trabalhos preparatórios](#)

Outras informações:

- [Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 153/2001](#) - Diário da República n.º 112, 1.ª série-A, de 15.05.2001
Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma constante do artigo 37.º, n.ºs 2 e 3, do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, na medida em que exclui da contagem do tempo de serviço efetivo prestado em funções docentes as ausências do trabalho determinadas pelo exercício do direito à greve
- [Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 345/2002](#) - Diário da República n.º 234, 1.ª série-A, de 10.10.2002
Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma contida na alínea a) do n.º 1 do artigo 22.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril
- [Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 184/2008](#) - Diário da República n.º 79, 1.ª série, de 22.04.2008
Não declara a inconstitucionalidade nem a ilegalidade da norma constante do artigo 46.º, n.º 3, do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, na redação dada pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de janeiro. Não declara a inconstitucionalidade da norma contida no artigo 10.º, n.º 8, do Decreto-Lei n.º 15/2007. Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma contida no artigo 15.º, n.º 5, alínea c), do referido Decreto-Lei n.º 15/2007, por violação do n.º 2 do artigo 47.º da Constituição
- [Lei n.º 12/2016, de 28 de abril](#) - Diário da República n.º 82, 1.ª série, de 28.04.2016
Elimina a requalificação de docentes, procedendo à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, à décima quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, e à primeira alteração à Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Lei n.º 16/2016, de 17 de junho](#) - Diário da República n.º 115, 1.ª série, de 17.06.2016
Revoga a prova de avaliação de conhecimentos e capacidades, procedendo à décima quinta alteração ao [Decreto-Lei n.º 139-A/90](#)⁸, de 28 de abril, e à revogação do [Decreto-Lei n.º 146/2013](#), de 22 de outubro, e do [Decreto Regulamentar n.º 3/2008](#), de 21 de janeiro
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Lei n.º 47/2021, de 23 de julho](#) - Diário da República n.º 142, 1.ª série, de 23.07.2021
Revisão do regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário
[Trabalhos preparatórios](#)

⁸ As alterações ao [Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril](#), podem ser consultadas no ponto relativo às carreiras dos educadores de infância e aos professores dos ensinos básico e secundário.

Outras informações:

- [Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 626/2022](#) - Diário da República n.º 217, 1.ª série, de 10.11.2022
Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, dos artigos 1.º, 2.º e 3.º da Lei n.º 47/2021, de 23 de julho
- **Retificado pelo:**
- [Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 696/2022, de 25 de outubro](#)

Docentes do Ensino Artístico Especializado

- [Decreto-Lei n.º 15/2018, de 7 de março](#) - Diário da República n.º 47, 1.ª série, de 07.03.2018
Aprova o regime específico de seleção e recrutamento de docentes do ensino artístico especializado da música e da dança
[Texto consolidado](#)

Alterado por:

- [Lei n.º 17/2018, de 19 de abril](#) - Diário da República n.º 77, 1.ª série, de 19.04.2018
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 15/2018, de 7 de março, que aprova o regime específico de seleção e recrutamento de docentes do ensino artístico especializado da música e da dança
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Decreto-Lei n.º 94/2023, de 17 de outubro](#) - Diário da República n.º 201, 1.ª série, de 17.10.2023
Altera o regime específico de seleção e recrutamento de docentes do ensino artístico especializado da música e da dança designadamente alargando-o aos docentes das artes visuais e dos audiovisuais
- [Lei n.º 46/2021, de 13 de julho](#) - Diário da República n.º 134, 1.ª série, de 13.07.2021
Concurso de vinculação extraordinária de docentes das componentes técnico-artísticas do ensino artístico especializado para o exercício de funções nas áreas das artes visuais e dos audiovisuais, nos estabelecimentos públicos de ensino
[Trabalhos preparatórios](#)

Outras informações:

- [Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 626/2022](#) - Diário da República n.º 217, 1.ª série, de 10.11.2022
Não declara a inconstitucionalidade do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 46/2021, de 13 de julho, e declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, do n.º 6 do mesmo artigo 2.º
- **Retificado pelo:**
- [Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 696/2022, de 25 de outubro](#)

Formação

- [Lei n.º 50/90, de 25 de agosto](#) - Diário da República n.º 196, 1.ª série, de 25.08.1990
[Prosseguimento](#) de estudos superiores por professores do ensino primário e educadores de infância

Trabalhos preparatórios

Mobilidade

- **Lei n.º 23/2009, de 21 de maio** - Diário da República n.º 98, 1.ª série, de 21.05.2009
Consagra a garantia de intercomunicabilidade entre os docentes provenientes das Regiões Autónomas com o restante território nacional
[Trabalhos preparatórios](#)

Tempo de serviço como auxiliar de educação

- **Lei n.º 5/2001, de 2 de maio** - Diário da República n.º 101, 1.ª série-A, de 02.05.2001
Considera o tempo de serviço prestado na categoria de auxiliar de educação pelos educadores de infância habilitados com cursos de formação a educadores de infância para efeitos da carreira docente
[Trabalhos preparatórios](#)

Alterada por:

- **Lei n.º 59/2005, de 29 de dezembro** - Diário da República n.º 249, 1.ª série-A, de 29.12.2005
Primeira alteração à Lei n.º 5/2001, de 2 de maio, que considera o tempo de serviço prestado na categoria de auxiliar de educação pelos educadores de infância habilitados com cursos de formação a educadores de infância para efeitos da carreira docente, e ao Decreto-Lei n.º 180/93, de 12 de maio, que determina a transição dos auxiliares de educação dos serviços e estabelecimentos do sector da segurança social para a carreira de educador de infância
[Trabalhos preparatórios](#)

Ensino Superior

Alunos

Apoio psicológico para vítimas de assédio e violência sexual no ensino superior

- [Lei n.º 61/2023, de 9 de novembro](#) - Diário da República n.º 217, 1.ª série, de 09.11.2023
Cria as respostas de apoio psicológico para vítimas de assédio e violência sexual no ensino superior e alarga o âmbito de aplicação dos códigos de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio a todos os membros da comunidade académica
Apoio social às mães e pais estudantes
[Trabalhos preparatórios](#)

Apoio social às mães e pais estudantes

- [Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto](#) - Diário da República n.º 192, 1.ª série-A, de 20.08.2001
Define medidas de apoio social às mães e pais estudantes
[Trabalhos preparatórios](#)
[Texto consolidado](#)

Alterada por:

- [Lei n.º 60/2017, de 1 de agosto](#) - Diário da República n.º 147, 1.ª série, de 01.08.2017
Primeira alteração à Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto, que define medidas de apoio social às mães e pais estudantes
[Trabalhos preparatórios](#)

Condição de recursos

- [Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho](#) – Diário da República, n.º 115, 1.ª série, de 16.06.2010
Estabelece as regras para a determinação da condição de recursos a ter em conta na atribuição e manutenção das prestações do subsistema de proteção familiar e do subsistema de solidariedade, bem como para a atribuição de outros apoios sociais públicos, e procede às alterações na atribuição do rendimento social de inserção, tomando medidas para aumentar a possibilidade de inserção dos seus beneficiários, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 164/99, de 13 de maio, à segunda alteração à Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de novembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril
[Texto consolidado](#)

Alterado por:

- [Lei n.º 15/2011, de 3 de maio](#) - Diário da República n.º 85, 1.ª série, de 03.05.2011

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, de forma a retirar as bolsas de estudo e de formação para efeitos de verificação da condição de recursos

[Trabalhos preparatórios](#)

- [Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro](#) - Diário da República n.º 229, 1.ª série, de 29.11.2011
Regula o acesso às prestações do Serviço Nacional de Saúde por parte dos utentes no que respeita ao regime das taxas moderadoras e à aplicação de regimes especiais de benefícios
- [Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de junho](#) - Diário da República n.º 123, 1.ª série, de 27.06.2012
Altera os regimes jurídicos de proteção social nas eventualidades de doença, maternidade, paternidade e adoção e morte previstas no sistema previdencial, de encargos familiares do subsistema de proteção familiar e do rendimento social de inserção, o regime jurídico que regula a restituição de prestações indevidamente pagas e a lei da condição de recursos, no âmbito do sistema de segurança social, e o estatuto das pensões de sobrevivência e o regime jurídico de proteção social na eventualidade de maternidade, paternidade e adoção no âmbito do regime de proteção social convergente
- [Decreto-Lei n.º 117/2014, de 5 de agosto](#) - Diário da República n.º 149, 1.ª série, de 05.08.2014
Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro, que regula o acesso às prestações do Serviço Nacional de Saúde por parte dos utentes, no que respeita ao regime de taxas moderadoras e à aplicação dos regimes especiais de benefícios
- [Decreto-Lei n.º 90/2017, de 28 de julho](#) - Diário da República n.º 145, 1.ª série, de 28.07.2017
Altera o regime jurídico do rendimento social de inserção
- [Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro](#) - Diário da República n.º 249, 1.ª série, de 29.12.2017
Orçamento do Estado para 2018 – artigo [67.º](#)
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Decreto-Lei n.º 120/2018, de 27 de dezembro](#) - Diário da República n.º 249, 1.ª série, de 27.12.2018
Estabelece regras uniformes para a verificação da situação de insuficiência económica a ter em conta no reconhecimento do direito à atribuição e manutenção dos apoios sociais ou subsídios sujeitos a condição de recursos
- [Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro](#) - Diário da República n.º 251, 1.ª série, de 31.12.2018
Orçamento do Estado para 2019 – artigo [318.º](#)
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Lei n.º 13/2023, de 3 de abril](#) - Diário da República n.º 66, 1.ª série, de 03.04.2023
Altera o Código do Trabalho e legislação conexas, no âmbito da agenda do trabalho digno
[Trabalhos preparatórios](#)

Dia do Estudante

- [Lei n.º 19/87, de 1 de junho](#) - Diário da República n.º 125, 1.ª série, de 01.06.1987
Fixa o Dia do Estudante
[Trabalhos preparatórios](#)

Estudantes do ensino superior das Regiões Autónomas

- [Lei n.º 15/2004, de 11 de maio](#) - Diário da República n.º 110, 1.ª série-A, de 11.05.2004
Tarifa de formação para estudantes do ensino superior das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores
[Trabalhos preparatórios](#)

Prosseguimento de estudos superiores

- [Lei n.º 50/90, de 25 de agosto](#) - Diário da República n.º 196, 1.ª série, de 25.08.1990
Prosseguimento de estudos superiores por professores do ensino primário e educadores de infância
[Trabalhos preparatórios](#)

Refeições e alojamento

- [Lei n.º 71/2017, de 16 de agosto](#) - Diário da República n.º 157, 1.ª série, de 16.08.2017
Define os preços máximos de refeição e de alojamento para estudantes do ensino superior em função do indexante de apoios sociais
[Trabalhos preparatórios](#)

Repúblicas de estudantes

- [Lei n.º 2/82, de 15 de janeiro](#) - Diário da República n.º 12, 1.ª série, de 15.01.1982
Casas fruídas por repúblicas de estudantes de Coimbra
[Trabalhos preparatórios](#)
 - Alterada por:
 - [Lei n.º 12/85, de 20 de junho](#) - Diário da República n.º 139, 1.ª série, de 20.06.1985
Casas fruídas por repúblicas de estudantes
[Trabalhos preparatórios](#)

Residências de estudantes

- [Lei n.º 36/2018, de 24 de julho](#) - Diário da República n.º 141, 1.ª série, de 24.07.2018
Requalificação e construção de residências de estudantes do ensino superior público
[Trabalhos preparatórios](#)

Escolas

Avaliação do ensino superior

- [Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto](#) - Diário da República n.º 157, 1.ª série, de 16.08.2007

Aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior

[Trabalhos preparatórios](#)

[Texto consolidado](#)

Alterada por:

- [Lei n.º 94/2019, de 4 de agosto](#) - Diário da República n.º 169, 1.ª série, de 04.08.2019
Primeira alteração à Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, que aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior
[Trabalhos preparatórios](#)

Ementas das cantinas e refeitórios

- [Lei n.º 11/2017, de 17 de abril](#) - Diário da República n.º 75, 1.ª série, de 17.04.2017
Estabelece a obrigatoriedade de existência de opção vegetariana nas ementas das cantinas e refeitórios públicos
[Trabalhos preparatórios](#)

Ensino particular e cooperativo

- [Lei n.º 9/79, de 19 de março](#) - Diário da República n.º 161, 1.ª série, de 15.07.1997
Relativa às bases do ensino particular e cooperativo
[Trabalhos preparatórios](#)
[Texto consolidado](#)

Alterada por:

- [Lei n.º 33/2012, de 23 de agosto](#) - Diário da República n.º 163, 1.ª série, de 23.08.2012
Sexta alteração do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de novembro. Revoga a alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 9/79, de 19 de março
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Lei n.º 36/2021, de 14 de junho](#) - Diário da República n.º 113, 1.ª série, de 14.06.2021
Aprova a lei-quadro do estatuto de utilidade pública
[Trabalhos preparatórios](#)

Estabelecimentos do ensino superior politécnico

- [Decreto-Lei n.º 513-T/79, de 26 de dezembro](#) - Diário da República n.º 296 - 3.º Suplemento, 1.ª série, de 26.12.1979
Define a rede de estabelecimentos do ensino superior politécnico que anteriormente se designava «ensino superior de curta duração»

Alterado por:

- [Lei n.º 29/80, de 28 de julho](#) - Diário da República n.º 172, 1.ª série, de 28.07.1980

Ratifica, com emendas, o Decreto-Lei n.º 513-T/79, de 26 de dezembro, que define a rede de estabelecimentos do ensino superior politécnico que anteriormente se designava “ensino superior de curta duração”

[Trabalhos preparatórios](#)

- [Decreto-Lei n.º 333/88, de 27 de setembro](#) - Diário da República n.º 224, 1.ª série, de 27.09.1988
Determina que a Escola Superior de Jornalismo se passe a designar Escola Superior de Comunicação Social
- [Decreto-Lei n.º 175/2004, de 21 de julho](#) - Diário da República n.º 170, 1.ª série-A, de 21.07.2004
Procede à reorganização da rede de ensino superior politécnico na área da saúde

Financiamento do ensino superior

- [Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto](#) – Diário da República n.º 193, 1.ª série, de 22.08.2003
Estabelece as bases do financiamento do ensino superior (revogando a Lei n.º 113/97, de 16 de setembro)

[Trabalhos preparatórios](#)

[Texto consolidado](#)

Alterada por:

- [Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto](#) – Diário da República n.º 49, 1.ª série, de 30.08.2005
Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro](#) – Diário da República n.º 174, 1.ª série, de 10.09.2007
Regime jurídico das instituições de ensino superior
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Lei n.º 68/2017, de 9 de julho](#) – Diário da República n.º 153, 1.ª série, de 09.08.2017
Estabelece o pagamento faseado das propinas devidas pelos estudantes do ensino superior e um regime especial de pagamento por beneficiários de bolsas de ação social, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto (Bases do financiamento do ensino superior)
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Lei n.º 42/2019, de 21 de junho](#) – Diário da República n.º 117, 1.ª série, de 21.06.2019
Determina como única consequência pelo incumprimento do pagamento das propinas o não reconhecimento dos atos académicos, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Lei n.º 75/2019, de 2 de setembro](#) – Diário da República n.º 167, 1.ª série, de 02.09.2019
Estabelece mecanismos de regularização de dívidas por não pagamento de propinas em instituições de ensino superior públicas, e procede à quinta alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior

Instituições de ensino superior

- [Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro](#) - Diário da República n.º 174, 1.ª série, de 10.09.2007
Regime jurídico das instituições de ensino superior
[Trabalhos preparatórios](#)
[Texto consolidado](#)
 - **Alterada por:**
 - [Lei n.º 36/2021, de 14 de junho](#)- Diário da República n.º 113, 1.ª série, de 14.06.2021
Aprova a lei-quadro do estatuto de utilidade pública
[Trabalhos preparatórios](#)
 - [Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro](#) - Diário da República n.º 28, 1.ª série, de 08.02.2023
Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2023
 - [Lei n.º 16/2023, de 10 de abril](#) - Diário da República n.º 70, 1.ª série, de 10.04.2023
Valoriza o ensino politécnico, alterando a Lei de Bases do Sistema Educativo e o regime jurídico das instituições de ensino superior
[Trabalhos preparatórios](#)

Universidade do Algarve

- [Lei n.º 11/79, de 28 de março](#) - Diário da República n.º 73, 1.ª série, de 28.03.1979
Criação da Universidade do Algarve
[Trabalhos preparatórios](#)

Professores

Carreira Docente Universitária

- [Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro](#) – Diário da República n.º 262, 1.ª série, de 13.11.1979
Aprova o Estatuto da Carreira Docente Universitária
[Texto consolidado](#)
 - **Alterado por:**
 - [Lei n.º 19/80, de 16 de julho](#) - Diário da República n.º 162, 1.ª série, de 16.07.1980
Alteração, por ratificação, do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro (aprova o Estatuto da Carreira Docente Universitária)
[Trabalhos preparatórios](#)
 - **Retificada pela:**
 - [Declaração de Retificação de 16 de julho de 1980](#) – Diário da República n.º 162 – 1.º Suplemento, 1.ª série, de 16.07.1980

- À Lei n.º 19/80 [alteração, por ratificação, do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro (aprova o Estatuto da Carreira Docente Universitária)]
- [Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de julho](#) - Diário da República n.º 150, 1.ª série, de 02.07.1983
Estabelece normas sobre a concessão de equivalência de habilitações nacionais de nível superior
 - [Decreto-Lei n.º 48/85, de 27 de fevereiro](#) - Diário da República n.º 48, 1.ª série, de 27.02.1985
*Cria junto da Direcção-Geral do Ensino Superior um quadro de efetivos interdepartamental (QEI)*⁹
 - [Decreto-Lei n.º 243/85, de 11 de julho](#) - Diário da República n.º 157, 1.ª série, de 11.07.1985
Introduz alterações ao regime de dedicação exclusiva
 - [Decreto-Lei n.º 244/85, de 11 de julho](#) - Diário da República n.º 157, 1.ª série, de 11.07.1985
Fixa as remunerações complementares devidas pelo exercício de cargos de gestão nas universidades e instituições universitárias
 - [Decreto-Lei n.º 381/85, de 27 de setembro](#) - Diário da República n.º 223, 1.ª série, de 27.09.1985
Introduz alterações no Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro, e define a forma de exercício das competências previstas nos seus artigos 54.º e 56.º relativamente às Escolas Superiores de Medicina Dentária de Lisboa e do Porto e do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa até à respetiva integração numa universidade
 - [Decreto-Lei n.º 370/86, de 4 de novembro](#) - Diário da República n.º 254, 1.ª série, de 04.11.1986
*Altera os n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º, bem como o artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 48/85, de 27 de fevereiro (Estatuto da Carreira Docente Universitária)*¹⁰
 - [Decreto-Lei n.º 392/86, de 22 de novembro](#) - Diário da República n.º 270, 1.ª série, de 22.11.1986
*Dá nova redação ao artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 192/85, de 24 de junho, e ao artigo 36.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro, ratificado, com alterações, pela Lei n.º 19/80, de 16 de julho*¹¹
 - [Lei n.º 6/87, de 27 de janeiro](#) - Diário da República n.º 22, 1.ª série, de 27.01.1987
Alterações às disposições relativas ao regime de dedicação exclusiva nas carreiras docentes universitária e do ensino superior politécnico e de investigação científica
[Trabalhos preparatórios](#)
 - [Decreto-Lei n.º 145/87, de 24 de março](#) - Diário da República n.º 69, 1.ª série, de 24.03.1987
Estabelece disposições quanto à fixação dos sistemas retributivos das carreiras docente universitária e docente do ensino superior politécnico
 - [Decreto-Lei n.º 147/88, de 27 de abril](#) - Diário da República n.º 97, 1.ª série, de 27.04.1988

⁹ O [Decreto-Lei n.º 48/85, de 27 de fevereiro](#), foi revogado pelo [Decreto-Lei n.º 49/2019, de 15 de abril](#).

¹⁰ O [Decreto-Lei n.º 370/86, de 4 de novembro](#), foi revogado pelo [Decreto-Lei n.º 23/2021, de 23 de março](#).

¹¹ O [Decreto-Lei n.º 392/86, de 22 de novembro](#), foi revogado pelo [Decreto-Lei n.º 23/2021, de 23 de março](#).

- Altera a redação de um artigo do Estatuto da Carreira Docente Universitária referente ao sistema remuneratório
- [Decreto-Lei n.º 412/88, de 9 de novembro](#) - Diário da República n.º 259, 1.ª série, de 09.11.1988
Equipara o exercício de funções nos conselhos de administração dos hospitais ao exercício de funções na carreira docente universitária
- [Decreto-Lei n.º 393/89, de 9 de novembro](#) - Diário da República n.º 258, 1.ª série, de 09.11.1989
Equipara o exercício dos cargos de diretor de hospital e de diretor clínico, nos hospitais onde tenha lugar ensino médico pré-graduado, ao exercício efetivo de funções na carreira docente universitária (altera o Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro - Estatuto da Carreira Docente Universitária)¹²
- [Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto](#) - Diário da República n.º 168, 1.ª série, de 31.08.2009
Procede à alteração do Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro
- [Lei n.º 8/2010, de 13 de maio](#) - Diário da República n.º 93, 1.ª série, de 13.05.2010
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, que procede à alteração do Estatuto da Carreira Docente Universitária
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Lei n.º 6/87, de 27 de janeiro](#) - Diário da República n.º 22, 1.ª série, de 27.01.1987
Alterações às disposições relativas ao regime de dedicação exclusiva nas carreiras docentes universitária e do ensino superior politécnico e de investigação científica
[Trabalhos preparatórios](#)

Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico

- [Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho](#) – Diário da República n.º 148, 1.ª série, de 01.07.1981
Aprova o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico
[Texto consolidado](#)
- Alterado por:**
 - [Decreto-Lei n.º 69/88, de 3 de março](#) - Diário da República n.º 52, 1.ª série, de 03.03.1988
Introduz alterações ao Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, que aprova o Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico¹³
 - [Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto](#) – Diário da República n.º 168, 1.ª série, de 31.08.2009
Procede à alteração do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho
 - [Lei n.º 7/2010, de 13 de maio](#) - Diário da República n.º 93, 1.ª série, de 13.05.2010

¹² O [Decreto-Lei n.º 393/89, de 9 de novembro](#), foi revogado pelo [Decreto-Lei n.º 23/2021, de 23 de março](#).

¹³ O [Decreto-Lei n.º 69/88, de 3 de março](#), foi revogado pelo [Decreto-Lei n.º 23/2021, de 23 de março](#).

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, que procede à alteração do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico
[Trabalhos preparatórios](#)

Outras informações:

- [Resolução da Assembleia da República n.º 53/2016, de 28 de março](#) - Diário da República n.º 60, 1.ª série, de 28.03.2016
Recomenda ao Governo a prorrogação do período transitório previsto no estatuto da carreira docente do ensino superior para a conclusão da obtenção do grau de doutor e a contratação efetiva com vínculo público dos docentes do ensino superior público
[Trabalhos parlamentares](#)
- [Decreto-Lei n.º 45/2016, de 17 de agosto](#) - Diário da República n.º 157, 1.ª série, de 17.08.2016
Aprova um conjunto de regras complementares do processo de transição dos docentes do ensino superior politécnico regulado pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio
Alterado por:
 - [Lei n.º 65/2017, de 9 de agosto](#) - Diário da República n.º 153, 1.ª série, de 09.08.2017
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 45/2016, de 17 de agosto, que aprova um conjunto de regras complementares do processo de transição dos docentes do ensino superior politécnico regulado pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Lei n.º 6/87, de 27 de janeiro](#) - Diário da República n.º 22, 1.ª série, de 27.01.1987
Alterações às disposições relativas ao regime de dedicação exclusiva nas carreiras docentes universitária e do ensino superior politécnico e de investigação científica
[Trabalhos preparatórios](#)
- [Decreto-Lei n.º 166/92, de 5 de agosto](#) - Diário da República n.º 179, 1.ª série-A, de 05.08.1992
Define o regime aplicável ao pessoal docente das escolas superiores de enfermagem
Retificado pela:
 - [Declaração de Retificação n.º 168/92 de 21 de outubro](#) – Diário da República n.º 252 – 2.º Suplemento, 1.ª série-A, de 31.10.1992
De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 166/92, do Ministério da Saúde, que define o regime aplicável ao pessoal docente das escolas superiores de enfermagem, publicado no Diário da República, n.º 179, de 5 de agosto de 1992**Alterado por:**
 - [Lei n.º 15/93, de 3 de junho](#) - Diário da República n.º 129, 1.ª série-A, de 03.06.1993
Alteração, por ratificação, do Decreto-Lei n.º 166/92, de 5 de agosto (define o regime aplicável ao pessoal docente das escolas superiores de enfermagem)
[Trabalhos preparatórios](#)
 - [Decreto-Lei n.º 88/95, de 5 de maio](#) - Diário da República n.º 104, 1.ª série-A, de 05.05.1995

-
- Altera o Decreto-Lei n.º 166/92, de 5 de agosto (define o regime aplicável ao pessoal docente das escolas superiores de enfermagem)
 - [Decreto-Lei n.º 25/96, de 20 de março](#) - Diário da República n.º 68, 1.ª série-A, de 20.03.1996
Prorroga até 31 de julho de 1996 a data limite a que se refere o n.º 6 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/92, de 5 de agosto